

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**A EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
ENTRE REGIÕES METROPOLITANAS E CARACTERÍSTICAS DOS
TRABALHADORES**

(2003 – 2010)

Brawner Ramos da Silva

Nº. Matrícula: 0713370

Orientador: José Marcio Camargo

Dezembro de 2011.

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimentos

Agradeço a Deus antes de tudo.

Gostaria de agradecer ao meu orientador e prestigiado professor, José Marcio Camargo, que prontamente me aceitou como orientando e que sempre esteve solícito e pronto a me ajudar a realizar o presente trabalho.

Agradecer a minha família que é o meu alicerce a minha base para trilhar tal jornada e sempre prontos em conselhos.

Agradeço aos meus amigos próximos e distantes os quais sempre estiveram prontos a me apoiar e sem dúvida meus maiores incentivadores.

RESUMO

É sabido que a economia brasileira tem passado por grandes mudanças nos últimos anos. Houve um resgate do consumo por parte da população em virtude após décadas de inflação alta. Além disso, o Brasil e outras nações emergentes ganharam um papel relevante na economia mundial e isso tem impacto direto no mercado interno, uma vez que o país está produzindo mais, consumindo mais e, por conseguinte aumenta a dinâmica ocupação/desocupação da economia.

O presente estudo busca na taxa de desocupação analisar evolução do desemprego por característica; Propõe estudar o seu comportamento nos últimos 10 anos e busca entender se as diferenças regionais na estrutura econômica e no mercado de trabalho aumentaram ou diminuíram nesses 10 anos.

Com base nesses dados serão respondidas as seguintes perguntas: De onde vem o desempregado? Analisar se essa taxa de desocupação reflete a realidade da economia; Será os que estão desempregados hoje está há muito tempo desempregados (os trabalhadores que não são empregáveis) e o Brasil pode dizer que chegou ao pleno emprego de fatores da economia?

Serão extraídos os dados da PME com o auxílio de outras bases de dados tentaremos traçar um perfil da evolução da desocupação por características no Brasil.

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO.....	6
II- CONTEXTUALIZAÇÃO (REVISÃO DA LITERATURA ECONOMICA)	
.II.1 -DEFINIÇÃO.....	8
II 2 – AJUSTE MACROECONOMICO E FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 1981 – 95: André Urani (Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil).....	9
II.3 – O CUSTO DA DESINFORMAÇÃO: Revista Brasileira de Economia, out/dez 2007; José Marcio Camargo, Maurício Cortez Reis.....	12
II.4 – DESEMPREGO REGIONAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM EMPÍRICA: Carlos Henrique Corseuil, Gustavo Gonzaga e João Victor Issle IPEA 1997.....	15
III-EVIDENCIA EMPÍRICA	
III.1 - O QUE OCORREU DE 1850 ATÉ OS DIAS DE HOJE.....	18
IV – A EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO.....	22
IV.1 – PESSOAS DESOCUPADAS (PD).....	25
IV.2 – PESSOAS DESOCUPADAS POR GÊNERO.....	29
IV.3 – PESSOAS DESOCUPADAS POR IDADE.....	33
IV.4 – PESSOAS DESOCUPADAS SEGUNDO ANOS DE ESTUDO.....	37
IV.5 – PESSOAS DESOCUPADAS SEGUNDO ANOS DE ESTUDO	
V – COMPARANDO ARTIGOS COM EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO.....	40
VI – O QUE ESPERAR PARA O FUTURO?.....	42
VIII - CONCLUSÃO	45
XI – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	47

I - INTRODUÇÃO

É sabido que a taxa de desemprego tem apresentado uma tendência de queda, a partir do ano de 2002 (ano em que começou a ser medida) e vem decrescendo nos últimos anos, atingindo hoje o menor patamar desde o início de sua medição.

Essa queda pode ser creditada uma série de fatores como, por exemplo, aumento de crédito, queda da inflação, da taxa de juros, aumento do rendimento dos trabalhadores, aumento da qualificação, etc. Mais do que isso, o mercado de trabalho desde 2002 tem apresentado constantes mudanças - advento de novas tecnologias, novos postos de trabalho - o que pode ter motivado a manutenção da tendência de queda dos indicadores que segundo alguns economistas se aproximam do pleno emprego.

A taxa de desocupação de outubro de 2011 foi estimada em 5,8% para o conjunto das seis regiões metropolitanas e não registrou variação significativa frente ao mês de setembro. Comparada com outubro de 2010, quando a taxa foi estimada em 6,1%, também ocorreu estabilidade nesse indicador. Essa é a menor taxa estimada para um mês de outubro desde a reformulação da pesquisa em 2002.

Regionalmente, a taxa de desocupação não apresentou variação significativa na comparação com setembro último em nenhuma das regiões pesquisadas. Frente a outubro do ano passado foi registrada queda de 2,0 pontos percentuais na Região Metropolitana de Recife, de 0,8 pontos percentuais em Belo Horizonte, elevação de 0,7 pontos percentuais em Porto Alegre e as demais ficaram estáveis. (IBGE – PME 10/2011).

Essa queda da taxa de desocupação ao menor nível desde a reformulação da pesquisa pode ser explicada por fatores como a recuperação da economia em crise desde 2009; parte da recuperação da economia mundial pode ser creditada a países emergentes que são responsáveis por grande parte da demanda mundial. Outro fator que podemos citar é a aproximação das comemorações de fim de ano, que impulsiona o comércio populares investimentos e consumo.

Vale a pena citar que em 2010, foi registrado um contingente de aproximadamente 1,6 milhão de pessoas desocupadas, 15,0% inferior a média

registrada para 2009 (1,9 milhão) e 39,0% menor que em 2003 (2,6 milhões), ou seja, nesse período a população desocupada reduziu aproximadamente em 1 milhão de pessoas, alcançando parcelas cada vez menores da população em idade ativa.

A taxa de desocupação foi estimada, em dezembro de 2010, em 5,3%, outro recorde na pesquisa, visto que foi a menor taxa já registrada em toda a série histórica da pesquisa, iniciada em março de 2002.

Contudo, mais importante do que os aspectos macroeconômicos que pretendia apresentar no presente trabalho, se faz necessário analisar também os aspectos microeconômicos como a evolução da característica dos trabalhadores ao longo dos últimos anos (mais precisamente desde 2002);

É importante citar que algumas regiões metropolitanas reagem de maneira diferente aos choques sobre a economia; alguns setores podem sofrer mais que outros; outros podem contratar mais mesmo em períodos conturbados, etc.

Esse trabalho consiste em quatro partes. Na primeira apresentaremos algumas teorias desenvolvidas sobre a taxa de desemprego do Brasil. Na segunda, as testaremos empiricamente sobre uma base de dados descritiva. Após isso, tentaremos prever o comportamento da economia no futuro. Por último, procuraremos, através de um modelo, estimar as taxas de desemprego para os próximos anos, dadas as nossas previsões e o estudo do que ocorreu no passado.

II - CONTEXTUALIZAÇÃO (REVISÃO DA LITERATURA ECONOMICA)

II 1-DEFINIÇÃO

O primeiro capítulo desse presente estudo consiste em breves resumos da literatura econômica publicado nas últimas décadas com o intuito de tentar explicar e tornar um pouco mais clara a evolução da característica dos desempregados e como isso pode vir a afetar a economia.

Para entendê-las melhor é bom ter em perspectiva sobre alguns temas que serão tratados nesse trabalho.

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, implantada em 1980, produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa domiciliar urbana realizada através de uma amostra probabilística, planejada de forma a garantir os resultados para os níveis geográficos em que é produzida.

As grandes transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro desde a implantação da PME impuseram uma revisão completa, vigente desde março de 2002, abrangendo seus aspectos metodológicos e processuais. A modernização da Pesquisa Mensal de Emprego visou à captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo, fornecendo, assim, informações mais adequadas para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. No que diz respeito a conceitos e métodos, ocorreram atualizações de forma a acompanhar as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(Fonte: IBGE – Estudo de Indicadores 2008)

II 2 – AJUSTE MACROECONOMICO E FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 1981 – 95: André Urani (Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil)

Nos anos de 1970 e 1980, a política econômica brasileira tinha dois objetivos principais: o primeiro deles era o ajuste do balanço de pagamentos e uma política anti-inflacionária. O sucesso dessa política, ora implementada em conjunto e ora individualmente apenas teve sucesso com o advento do Plano Real que extinguiu a memória inflacionaria e desindexação da economia.

O autor propõe a análise das relações entre o mercado de trabalho e as políticas de estabilização. Em cima desse raciocínio, propõe-se a resposta a alguns questionamentos: qual foi o impacto das políticas propostas nesse período sobre o mercado de trabalho; em que medidas as características do mercado de trabalho um entrave para o êxito das políticas anti-inflacionárias.

Estudos mostram que o mercado de trabalho brasileiro se apresenta de maneira bastante flexível o que cria barreiras a acumulação de capital humano de grande importância para ganhos de escala e relações de trabalho frágeis, mas não tem impedido as desigualdades de renda do trabalho (e, na taxa de desemprego) sofresse grandes oscilações durante o período de pesquisa, conforme o autor destaca e considera um paradoxo.

Isso pode ser explicado pelo fato de que o grau de flexibilidade pode ser o mesmo nos diferentes extratos do mercado de trabalho, isto é, é possível que cada extrato reaja de maneira diferente aos tipos de choque.

Segundo o autor, a baixa taxa de desemprego e o elevado grau de informalidade eram explicados pela ausência de um sistema de seguro-desemprego e pela existência de uma série de mecanismos institucionais que incentivavam, tanto pelo lado da oferta, quanto pelo lado da demanda de trabalho, uma alta rotatividade de mão de obra - principalmente no caso de trabalhadores menos qualificados.

Os anos 80 do mercado de trabalho brasileiro foram caracterizados por baixa intensidade de capital humano e uma parcela de desigualdade de oportunidades. Segundo Barros e Ramos (1991), ao sistema educacional são a principal causa da desigualdade de renda no Brasil e uma das mais elevadas do mundo.

Os impactos das oscilações macroeconômicas provocadas pelas idas e vindas da política macroeconômica sobre o mercado de trabalho, segundo Urani, dependem do grau de flexibilidade desse mercado.

Se o mercado de trabalho fosse totalmente flexível, não há razão para se pensar que o desemprego possa se afastar de sua taxa “natural”; se a política macroeconômica tem algum tipo de efeito sobre variáveis reais no mercado de trabalho é porque esse mercado não pode ser considerado plenamente flexível.

Mesmo com a estagnação e instabilidade econômica que povoaram o Brasil dos anos 80, o desemprego aberto não se agravou durante a década como um todo. Houve um ajuste em termos de alocação de mão de obra que se deram mais via desemprego do que via mobilidade entre o setor formal e os informais do mercado de trabalho.

Uma explicação possível para a mudança do perfil do desempregado verificada na segunda metade dos anos 80 é a introdução, com o Plano Cruzado, do sistema de seguro desemprego. Isso fez com que o custo de busca de um novo emprego diminuísse, alongando a duração média do desemprego, mas não a taxa de desemprego propriamente dita. Essa ideia apenas se tornou mais efetiva nos anos 90.

Amadeo (1993) sugere que ocorreu uma mudança importante nas expectativas dos agentes de uma recessão para outra. No início dos anos 80, em função do crescimento estável dos anos 70 e das políticas de ajuste implementadas, os agentes enfrentaram uma queda no nível de atividade e da demanda de trabalho no segmento com carteira assinada como uns fenômenos transitórios e por isso não deixaram de ofertar trabalho nesse período.

Porém, nos anos 90 após uma década de baixo crescimento e de uma política de ajuste estrutural, há um entendimento de que a queda da demanda de trabalho poderia não ser transitória e se deslocar rapidamente para outro segmento do mercado trabalho. Podemos entender assim que há um sinal de que houve aumento da flexibilidade alocativa do mercado de uma década para outra.

Faz se importante destacar que até 2002, PME pertence à antiga metodologia.

Quanto à alta da flexibilidade alocativa nos anos 90, a taxa de desemprego se manteve em níveis baixos e sua evolução tem mostrado cada vez menos correlação com a dinâmica do nível de atividade. A duração do desemprego, por sua vez, aumentou ao longo da década de 80, mas continuou em níveis baixos para os padrões internacionais.

O autor conclui que apesar das dimensões continentais e da enorme disparidade educacional que caracteriza a economia brasileira, as mesmas não tiveram muita relevância no período recente; Isso se deve a flexibilidade alocativa no mercado brasileiro, muito alta; A maioria dos choques de preços relativos se deu em cenários extremamente recessivos onde havia ampla disponibilidade de mão-de-obra e o componente doméstico da demanda dos setores exportadores se encontrava em níveis baixos; os setores produtores de bens comercializáveis são muito mais intensivos em recursos naturais e em capital do que em trabalho. A elasticidade da demanda desses setores é relativamente baixa.

II. 3 – O CUSTO DA DESINFORMAÇÃO: Revista Brasileira de Economia, out/dez 2007; José Marcio Camargo, Maurício Cortez Reis.

O argumento proposto pelos autores consiste em afirmar que os níveis mais elevados de desemprego entre os semiquualificados e jovens decorrem de um problema de assimetria de informação no mercado de trabalho. Segundo estudos, há uma correlação entre taxa de desemprego aberto no Brasil e o nível de escolaridade.

Esse fenômeno apresenta características parecidas em outros países da América Latina, mas há um contraste com as evidências encontradas nos países desenvolvidos, onde a taxa de desemprego é decrescente com o nível de escolaridade. Assim como em outros países, esse fenômeno é maior entre os jovens.

Segundo os autores, a composição etária da força de trabalho no Brasil também é bastante diferente entre os grupos de qualificação, com maiores concentrações de jovens entre os qualificados e semiquualificados. Essas diferenças demográficas podem ser importantes tanto para o desemprego relativo quanto agregado, já que a taxa de desemprego de jovens entre 18 e 23 anos é 2,5 vezes maior do que a taxa de desemprego dos demais trabalhadores.

Essa correlação pode ser explicada na literatura econômica como o resultado da combinação de custos elevados de trabalho, decorrentes da extensa legislação de proteção ao trabalhador e das diferenças na demanda por trabalho. Como os trabalhadores não qualificados acabam geralmente se tornando informal, que não obedece a legislação, e existe excesso de demanda por trabalhadores qualificados, a taxa de desemprego aberto se concentra no grupo de trabalhadores semiquualificados.

Por outro lado, a maior taxa de desemprego entre os jovens tem sido explicada, entre outras razões, pelo menor comprometimento do jovem no mercado de trabalho.

A explicação para a elevada taxa de desemprego entre os trabalhadores semiquualificados e os jovens deriva de um problema conhecido como assimetria de informações

A assimetria de informação-inicialmente desenvolvido por Akerlof-explica a incerteza dos agentes sobre a qualidade dos bens transacionados nos mercados tende a

gerar um equilíbrio ineficiente, ou no limite, até mesmo o desaparecimento do mercado de um determinado bem.

Quando há incerteza e falta de informação, os empregadores encontram entraves para mensurar um valor para a produtividade dos jovens e dos semiqualeficados com base nas informações sobre a escolaridade; e a elevado contingente de jovens agrava ainda mais o problema desde as informações sobre características produtivas, qualidade, elevando assim o custo de se contratar e empregar os mesmos.

Segundo os autores, o mercado de trabalho para jovens e semiqualeficados é curto, ou até mesmo inexistente, com assimetria de informações. As informações que os empregadores possuem sobre os jovens são limitadas em comparação as de trabalhadores que acumularam mais experiência no mercado de trabalho. Devido ao baixo grau de qualificação, existe pouca ou nenhuma diferenciação entre eles. São de certa forma, homogêneos.

Já com trabalhadores mais qualificados ocorre o inverso, uma vez que aumento no grau de qualificação da força de trabalho é de se esperar trabalhadores mais heterogêneos; Mesmos sujeitos a assimetria de informação, à medida que se eleva o grau de qualificação, maiores são as chances de o empregador conseguir boas informações sobre a qualidade do trabalhador e sobre a sua qualificação.

O argumento desenvolvido no artigo parte do pressuposto de que incerteza quanto à qualidade do trabalhador gera o problema de assimetria de informação; isso explica em partes o comportamento da taxa de desemprego por qualificação. Como é complicado ao trabalhador semiqualeficado passar para o empregador sua produtividade, o empregador se comporta como se todos os trabalhadores fossem igualmente produtivos, o que reduz o mercado para os trabalhadores semiqualeficados de boa qualidade, ocasionando um problema de eficiência na alocação de recursos, o que se manifesta pelas elevadas taxas de desemprego dentro desse grupo.

Segundo o artigo, tornar o mercado de trabalho transparente deveria ser um objetivo de qualquer política de redução de desemprego. Existem algumas formas de promover tal transparência. A criação de um sistema de avaliação sistemático e

obrigatório do sistema educacional e dos alunos em todos os níveis de educação; Criação de instituições de certificação e de cursos profissionalizantes (Instituições como o SENAI e SENAC); Essas instituições seriam criadas com o objetivo de reduzir as assimetrias de informação.

Os autores concluem que uma das razões pelas quais o mercado de trabalho gera desemprego é a assimetria de informações entre empregadores e trabalhadores. Devido à assimetria de informações, os mercados de trabalho para estes grupos de trabalhadores são reduzidos, podendo, no limite, "desaparecer", gerando desemprego.

Com base nestas constatações, o artigo apresenta algumas sugestões de política que poderiam minorar o problema de assimetria de informações no mercado de trabalho e, desta forma, reduzir o desemprego. A criação de instituições que tenham legitimidade para certificar cursos de qualificação e treinamento, através de exames, assim como a qualificação de trabalhadores por conta-própria que executam serviços a famílias.

Em resumo, todas as sugestões têm por objetivo, tornar o mercado de trabalho mais transparente e, desta forma, reduzir o volume de desinformação entre as partes envolvidas no contrato de trabalho.

II – 4 – DESEMPREGO REGIONAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM EMPÍRICA. Carlos Henrique Corseuil, Gustavo Gonzaga e João Victor Issle IPEA 1997.

É comum que ao observarmos a taxa de desemprego brasileira a analisarmos como um todo, apenas observando a dinâmica admissão/demissão e tiramos as conclusões partindo de um pressuposto de que o mercado de trabalho brasileiro é homogêneo e integralizado.

Essa conclusão pode ser errônea, devido às diferenças regionais e suas características e como essas regiões reagem os choques econômicos, ou seja, algumas regiões podem ter taxas de desocupação altíssimas e em outras baixíssimas.

Os autores partem da premissa de que o mercado de trabalho de cada região pode ser determinado por fatores distintos, como se cada região funcionasse como uma ilha de diferentes mercados de trabalho.

No que se referem às taxas regionais, os autores concluem que podemos ser levados a acreditar num argumento intuitivo de que elas são determinadas por fatores agregados que afetam o país inteiro no CP, e fatores estruturais, específicos por região, no LP (Byers (1991))

Uma vez que as regiões metropolitanas (as principais regiões metropolitanas) apresentam estruturas econômicas diferentes uma das outras que reagem de maneira diferente a choques na economia podemos perceber que região mais capital intensivo que outras trabalho intensivo, tendem a receber incentivos diferentes da ordem de trabalho e de investimentos.

Ao observar esse cenário, trabalhadores tendem a se situar em regiões que ofereçam benefícios reais altos e baixas taxas de desocupação dado que determinada região possua taxas de desemprego baixas, investimento alto e boa infraestrutura, há maiores chances de o trabalhador ser empregado.

A base desse argumento teórico é conhecida como teoria compensatória (Martson (1985)). Segundo os autores, o padrão regional do desemprego é resultado de um processo em que os trabalhadores visam se instalar em regiões que ofereçam salários reais mais altos, baixas taxas de desemprego (que indicaria uma alta probabilidade de se empregar nesta região) ou alguma outra característica subjetiva que a torne mais atrativa que as outras. O resultado deste processo faria com que as taxas regionais experimentassem movimentos extremamente semelhantes, embora pudesse apresentar uma dispersão em seus níveis.

Isso explica em partes a maior atratividade por empregos nas regiões metropolitanas do Centro-Sul em relação às regiões metropolitanas do Norte do país. Um é caracterizado por em sua maioria desempregados com elevado nível de qualificação e empregados com pouca qualificação que vieram na busca por maiores salários e oportunidades.

Os autores concluem que as evidências mostradas no início do texto devem ser contestadas. Mesmo com estudos escassos a respeito do tema e resultados ainda não conclusivos, os estudos mostram que as taxas de desemprego de todas as regiões metropolitanas apresentam um padrão de persistência absoluta, salvo algumas regiões metropolitanas como Recife e Salvador acima da média. Em todas as regiões observadas, os choques que são absorvidos pelas respectivas taxas de desemprego têm seus efeitos prolongados por um longo horizonte de tempo. Além disso, as regiões nordestinas mantêm um padrão de registrarem as taxas mais altas.

Na última década, podemos ver taxas de desocupação ligeiramente menores para as regiões metropolitanas do centro-sul em comparação com as demais regiões em virtude também de falta de uma base de dados e de estudos mais profundos.

Na tentativa de mudança da capital para o DF no intuito de povoar o interior e promover o seu desenvolvimento, podemos perceber que há diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões metropolitanas com destaque para as regiões âncora (SP e RJ) que respondem por grande parte da economia do Brasil.

Os autores concluem que o desemprego de cinco das principais regiões metropolitanas do Brasil é regido por fatores agregados e estruturais. Após estudos e estimações econométrica, justificam que durante determinado período, a economia brasileira experimentou diversos choques agregados na forma de planos de estabilização caracterizados por transformações abruptas na economia.

Esses planos de estabilização que o Brasil passou desde o Plano Cruzado de 1986 ao feliz Plano Real em 1994 visavam combater uma economia indexada e promover a competição internacional do Brasil (Plano Collor 1990). Esses planos promoveram choques e transformações na economia e nas regiões metropolitanas.

Além disso, o aparato institucional relacionado às variáveis do mercado de trabalho é, de uma forma geral, homogêneo em toda a extensão do território nacional.

O estudo propõe, em termos de política para o desemprego regional seria a de exercer uma política que atuasse no desemprego nacional. Porém, a fonte de um choque agregado pode ser um choque regional, que se propaga devido aos mecanismos que mantêm os mercados de trabalhos regionais integrados. Neste caso uma política regional tenderia a ser mais eficiente. Vale lembrar que Recife pode ser uma exceção a esta estratégia, além de outras regiões não estudadas.

III-EVIDENCIA EMPÍRICA

III-1-O QUE OCORREU DE 1850 ATÉ OS DIAS DE HOJE.

O mercado de trabalho brasileiro propriamente dito teve início no século XIX com a abolição da escravatura e anteriormente com a promulgação da Lei de Terras que de certa forma regulamentou o acesso a terra num Brasil predominantemente agrícola, exportador de matéria prima e até o presente momento com uma força de trabalho baseada em escravos – onde o Senhor era dono do meio de produção e da força de trabalho; não havia desemprego.

A força de trabalho do período anterior a 1888 era composta em sua quase totalidade por mão de obra escrava e alguns poucos servos livres e forros (alguns escravos alforriados) e isoladamente algum tipo de modalidade assalariada; em uma economia dominada pelo açúcar e pela hegemonia do Nordeste. “No decorrer dos séculos, forjou-se, assim, uma sociedade de características estamentais, que se antepunha ao surgimento de modalidades produtivas outras” (Kowarick, 1994, p.27).

No período pós 1888, as características da força de trabalho mudam consideravelmente. Com o declínio do açúcar e a ascensão do café a mão de obra imigrante ganha força. Podemos a partir daqui denominar o marco zero da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A força de trabalho é composta agora por trabalhadores assalariados em sua maioria mão de obra imigrante, servos livres e uma mitigação da mão de obra escrava.

“O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o “setor informal” no Brasil.”(Theodoro, Mário, cap3, pag 93).

Mesmo a emergente indústria brasileira dificilmente constituiu-se numa alternativa para a massa de trabalhadores brasileiros livres no Rio de Janeiro ou em São Paulo (Kowarick, 1987:65-8)

Com a importância do café na economia brasileira, ganha também grande destaque a mão de obra imigrante em todo o centro sul, o que marcou o início da dita “modernização brasileira”. “o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX foi, sem lugar à dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado”. **(Furtado 1974, p151).**

Isso trouxe uma mudança significativa na força de trabalho brasileira com a mão de obra assalariada, num primeiro instante imigrante, ganha destaque em detrimento da mão de obra escrava.

Essa mão de obra assalariada se instala inicialmente nas lavouras de café comandada pelo Oeste Paulista e mais adiante também utilizada pelo Vale do Paraíba;

Contudo, dado que a demanda nesses lugares era maior do que a oferta sem contar o acesso a terra dificultado pela Lei de Terras de 1850 e com a baixa remuneração e condições de trabalho que mais e assemelham a escravidão, restam a imigrantes sem posses, escravos alforriados e servos a migrar para as cidades que de certa forma é beneficiada com o início da urbanização promovida pela ampliação do mercado de bens e serviços para suprir a economia cafeeira, além de investimentos maciços em infraestrutura como ferrovia se expandiu para as cidades (onde a demanda por trabalho era maior do que a oferta) e o que contribuiu para início da marginalização das cidades.

Essa ocupação desordenada além de contribuir para o “setor informal” contribuiu também para a marginalização das cidades. “Enquanto o Exército Industrial de Reserva diria respeito ao excedente da força de trabalho que responde às necessidades mediatas e imediatas do capital, assumindo, portanto, um caráter de funcionalidade, a categoria Sobrepopulação Relativa corresponderia à totalidade do excedente de força de trabalho que extrapolaria os limites funcionais, ainda que incorporasse também o contingente chamado Exército Industrial de Reserva” **(Theodoro, 1987, p. 33-34).**

A partir da década de 30, o Brasil passa novamente por um ciclo de transformações em sua economia e também em sua força de trabalho, graças à

modernização e urbanização advinda dos lucros do café. Se antes apenas as exportações eram à base da economia brasileira, agora a indústria ganha um papel mais importante no crescimento econômico graças em parte a crise de 29 e as medidas lançadas por Vargas. “A Crise de 1929 marcou o encerramento da fase em que as exportações são o fator principal do crescimento” **(Hoffmann, 1980, p.28)**.

Segundo Mário Theodoro o período que se estende de 1930 a 1980 reuniu algumas características importantes para compreender a evolução do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, Theodoro afirma que ocorreu uma forte concentração da população nas cidades: em 1940, dois terços da população brasileira viviam nas zonas rurais, e um terço nas cidades; essa proporção se inverteu em 1980. Em segundo lugar, o processo de urbanização caracterizou-se pela concentração da pobreza nas maiores cidades, sobretudo nas regiões metropolitanas.

Já na década de 1980, denominada “década perdida”, o mercado de trabalho teve modificações com a explosão da inflação, choque do petróleo, crise econômica, crescimento da dívida e dentre outros fatores o agravamento de tendências estruturais. Essa migração ocorreu devido ao crescimento desigual entre as metrópoles. “Mais concretamente, cerca de 70% dos migrantes tem hoje origem e destino nas cidades, e a maioria deles dirige-se preferencialmente para a metrópole regional mais próxima.” **(Tolosa, 1991, p. 471)**.

Já a última década do século XX foi caracterizada por um início conturbado em virtude de uma instabilidade econômica e por um início de um Plano que mudou o mercado de trabalho e toda a economia ao trazer a estabilidade econômica e crescimento que não só derrotou o monstro da inflação, mas também um aumento da informalidade e do desemprego sem contar o aumento da máquina pública e gastos do governo gerando uma desigualdade de mão de obra e salários.

Essa década foi caracterizada pela abertura da economia brasileira que foi fundamental para a estabilização dos preços uma vez que trouxe investimento externo e crescimento econômico. Foi um período caracterizado por fusões, privatizações dentre outras intervenções que promoveram as mais profundas mudanças institucionais e econômicas.

Os últimos anos foram caracterizados por uma dinâmica social e uma globalização da economia brasileira. Com a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real, mudanças culturais, econômicas, políticas e tecnológicas modificaram profundamente o Brasil que conhecemos hoje e, por conseguinte o seu mercado de trabalho e o desemprego.

IV – A EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO

Tabela 1
Brasil: Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas; 1991 - 2002
(Média Anual)

Ano	Taxa (%)
1991	4,8
1992	5,9
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,7
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,5
2000	7,1
2001	6,2
2002	6,2

Fonte: PME/IBGE

No início da década, face ao processo de abertura houve aumento do desemprego aberto, mas que se estabilizou até meados de 1994. Com o plano Real que trouxe a estabilidade de preços, a economia apresentou taxas relativamente altas de crescimento econômico provocando uma queda nas taxas de desemprego nos anos de 1994 e 1995.

As quedas da taxa de desemprego em anos como 1994 e 1998 podem ser creditadas a períodos eleitorais onde normalmente há quedas nas taxas de desemprego.

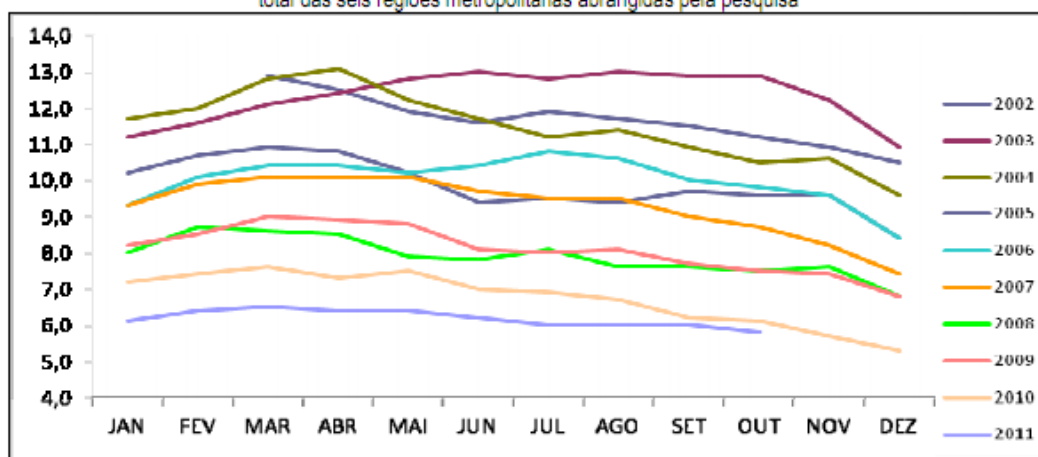
A partir da segunda metade da década de 90, a taxa de desemprego apresenta uma tendência de crescimento que podemos creditar a abertura comercial dos anos 90 com Collor e da própria manutenção da taxa de câmbio no começo do Plano Real; Esses dois eventos em conjunto contribuíram para uma adequação das empresas brasileiras a um mundo mais globalizado e competitivo e proporcionaram também ganhos de produtividade por parte das empresas; Isso contribuiu para a revisão de processos e remanejamento de postos de trabalho, promovendo desemprego.

Podemos destacar outro fato importante: houve uma redução das oportunidades de emprego no mercado de trabalho com o aumento do tempo médio de procura de

trabalho (graças ao seguro desemprego). Houve também uma tendência de crescimento do chamado desemprego de longa duração.

Gráfico 1

O gráfico a seguir mostra a evolução da taxa de desocupação de MARÇO de 2002 a OUTUBRO de 2011, no total das seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Ao observarmos o gráfico 1, percebemos que a taxa de desocupação tem mostrado uma clara tendência de queda desde o início de sua medição (Nova Metodologia) em 2002. Salvo em alguns períodos como a eleição do Lula em 2002 e períodos de instabilidade econômica global que afetou o Brasil a taxa de desocupação teve alta. Porém no geral, ela vem apresentando constantes quedas se aproximando do nível de pleno emprego.

As taxas em de desocupação em dezembro são menores em todos os anos em virtude do forte consumo do mercado interno alavancado pelo consumo das festas de fim de ano e pelo aumento da renda com o recebimento do 13ºsalário. As empresas diante de uma forte demanda aumentam a oferta de trabalho temporário e as contratações de funcionários temporários.

Segundo estudo do IBGE, o contingente de desocupados que foi estimado em 1,4 milhão de pessoas no agregado das seis regiões investigadas, ficou estável frente a setembro. Quando comparado com outubro do ano passado também apresentou estabilidade.

Na análise regional, em relação a setembro, o contingente de desocupados revelou um quadro de estabilidade em todas as regiões pesquisadas. No confronto com outubro do ano passado, ocorreu variação significativa na Região Metropolitana de Recife, onde o indicador caiu 27,3% e na Região Metropolitana de Belo Horizonte que registrou queda de 15,3%.

A taxa de desocupação de outubro de 2011 foi estimada em 5,8% para o conjunto das seis regiões metropolitanas e não registrou variação significativa frente ao mês de setembro. Comparada com outubro de 2010, quando a taxa foi estimada em 6,1%, também ocorreu estabilidade nesse indicador. Essa é a menor taxa estimada para um mês de outubro desde a reformulação da pesquisa em 2002

Podemos dizer que regionalmente, a taxa de desocupação não apresentou variação significativa na comparação com setembro último em nenhuma das regiões pesquisadas. Frente a outubro do ano passado foi registrada queda de 2,0 pontos percentuais na Região metropolitana de Recife, de 0,8 ponto percentual em Belo Horizonte, elevação de 0,7 ponto percentual em Porto Alegre e as demais ficaram estáveis.

IV.1 – PESSOAS DESOCUPADAS (PD)

Tabela 1: Número de pessoas desocupadas, segundo as regiões metropolitanas (em 1000 pessoas)*.

Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2002 * *	2345	171	227	215	508	1075	149
2003	2608	203	267	232	477	1263	167
2004	2473	185	265	237	478	1154	154
2005	2139	197	267	197	406	939	133
2006	2213	225	237	201	419	983	147
2007	2100	182	252	186	382	964	135
2008	1813	138	207	163	370	822	113
2009	1872	151	210	163	332	909	106
2010	1591	141	211	143	310	698	87
2011 * * *	1472	112	190	135	292	649	94

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

* * A partir de 03/2002 (nova metodologia)

* * * Até 10/2011

O início da década, com ascensão ao poder do primeiro presidente de esquerda, Luis Inácio Lula da Silva, é marcado também pela nova PME, nova metodologia adotou coleta eletrônica de informações e incluiu na sua amostra novos municípios incorporados às seis regiões metropolitanas pesquisadas. Também entraram em uso as novas classificações de ocupação e de atividade, adotadas pelo IBGE, desde o CENSO 2000. Além disso, na nova PME, a idade mínima da População em Idade Ativa (PIA) caiu de 15 para 10 anos, e o período de referência para procura de trabalho foi ampliado de uma semana para 30 dias.

Com um operário na presidência, houve certa desconfiança do empresariado e de investidores. O petista, eleito no dia do seu aniversário, assume o poder se dizendo disposto a firmar um pacto social com todos os setores da sociedade para resolver a crise pela qual o país atravessa.

Isso pode explicar parte da alta do desemprego geral de 2002 para 2003. A taxa de desocupação geral anual (2003/2002) foi estimada em 11,2% onde houve um aumento de 263 mil trabalhadores frente ao ano de 2002 (Tabela 1).

Este resultado é explicado pelo aumento do número de pessoas a procura de trabalho na PEA.

Em todas as regiões metropolitanas houve aumento da taxa de desocupação em 2003, exceto para a região metropolitana do Rio de Janeiro, em que houve redução da taxa de desocupação em -6,1% frente o ano de 2002; Uma diferença de 31 mil aproximadamente (Tabela 1).

Isso pode ser explicado pela redução das oportunidades de emprego no mercado de trabalho frente a uma elevação do tempo médio de procura por trabalho.

É importante ressaltar que em períodos de eleições para cargos majoritários como 2005/2006 e 2010/2011 uma redução da taxa de desocupação, em virtude de ser um período eleitoral, os candidatos tende a não intervir nas variáveis macroeconômicas ou incisivamente no trade off de emprego x inflação ou aumentando gastos do governo pra manter a taxa de desemprego baixa e conseguir com isso votos (Tabela 1).

Podemos perceber de acordo com a Tabela 1 que há uma tendência de queda da taxa de desocupação, a qual atingiu o menor nível desde o início de sua medição em 2002. Os mais otimistas dizem que o Brasil está próximo ou já atingiu a taxa natural de desemprego.

A partir de 2007, a taxa de desocupação apresentou uma queda considerável em virtude do alto crescimento da economia brasileira impulsionada pelo forte mercado interno que recuperou seu mercado interno após anos de consumo restrito pela alta inflação. Com inflação estabilizada, taxas de juros em queda (mesmo sendo ainda as mais altas do mundo), forte consumo chinês, aumento dos investimentos explica parte da queda da taxa de desocupação na segunda metade da década.

A taxa de desocupação de outubro de 2011 foi estimada em 5,8% para o conjunto das seis regiões metropolitanas e não registrou variação significativa frente ao mês de setembro. Comparada com outubro de 2010, quando a taxa foi estimada em 6,1%, também ocorreu estabilidade nesse indicador. Essa é a menor taxa estimada para um mês de outubro desde a reformulação da pesquisa em 2002

A tendência é de que a taxa de desocupação continue sua tendência de queda para as próximas pesquisas.

Tabela 2 - Variação do número de pessoas desocupadas, segundo as regiões metropolitanas em (%)*.

Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003-2002	11,2	18,7	17,6	7,9	-6,1	17,5	12,1
2004-2003	-5,2	-8,9	-0,7	2,2	0,2	-8,6	-7,8
2005-2004	-13,5	6,5	0,8	-16,9	-15,1	-18,6	-13,6
2006-2005	3,5	14,2	-11,2	2	3,2	4,7	10,5
2007-2006	-5,1	-19,1	6,3	-7,5	-8,8	-1,9	-8,2
2008-2007	-13,7	-24,2	-17,9	-12,4	-3,1	-14,7	-16,3
2009-2008	3,3	9,4	1,4	0	-10,3	10,6	-6,2
2010-2009	-15	-6,6	0,5	-12,3	-6,6	-23,2	-17,9
2011-2010	-7	-20	-10	-4	-7	-6	9
2011-2002	-37	-34	-16	-36	-43	-39	-36

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

** A partir de 03/2002 (nova metodologia)

*** Até 09/2011

A Tabela 2 nos mostra a variação do número de pessoas desocupadas sobre o ano anterior. Com esse tipo de cálculo podemos perceber o quanto variou de um ano para outro a taxa de desocupação e sobre que condições esse aumento ou diminuição ocorreu.

A queda da taxa de desocupação no período de 2005-2004 foi (-13,5) pontos percentuais. Essa queda pode ser creditada as regiões metropolitanas de Belo Horizonte que apresentaram taxas de (-16,9) pontos percentuais, ao Rio de Janeiro com (-15,1) pontos percentuais e São Paulo com (-18,6) pontos percentuais.

Essa forte queda da taxa de desocupação acontece em virtude de o Brasil experimentar um forte crescimento da economia em 2004, onde cresceu 5,7% que alguns economistas consideraram “crescimento chinês”.

Em 2006 o Brasil teve uma variação positiva da taxa de desocupação, onde o PIB brasileiro cresceu 2,7% em parte pelo forte crescimento no ano anterior. A taxa de desocupação apresentou variação positiva de 3,5%, enquanto a região metropolitana de

Belo Horizonte apresentou 2%, Salvador apresentou uma variação (-11,2%), Rio de Janeiro teve 3,2% e as demais regiões metropolitanas como São Paulo 4,7% e Porto Alegre como variação positiva de 10,5%.

No geral, na variação 2011/2002 (Tabela 2), a taxa de desocupação total apresentou uma redução de (-37%). Para as regiões metropolitanas, podemos destacar Rio de Janeiro com uma queda de (-43%), São Paulo como uma redução de (-39%), Belo Horizonte e Porto Alegre com (-36%), Recife apresentando (-34%) e Salvador com (-16%).

IV.2 – PESSOAS DESOCUPADAS POR GÊNERO

Tabela 3 - Pessoas desocupadas por regiões metropolitanas, segundo o sexo (em 1000 pessoas)*

HOMEM							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2002 * *	1118	87	103	107	232	520	69
2003	1182	98	120	111	204	573	76
2004	1080	90	111	109	189	512	68
2005	929	94	111	89	159	418	58
2006	990	105	99	89	176	455	66
2007	911	86	103	77	158	428	58
2008	760	65	84	67	147	350	46
2009	815	68	86	70	134	409	48
2010	663	60	82	57	116	312	35
2011 * * *	623	49	71	55	115	293	40

MULHER							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2002 * *	1227	83	124	108	277	555	80
2003	1426	105	146	121	273	690	90
2004	1393	96	154	127	288	642	86
2005	1210	103	156	108	246	521	75
2006	1223	120	139	112	243	528	81
2007	1189	96	148	109	224	535	77
2008	1053	73	123	96	223	472	67
2009	1057	83	124	93	199	500	58
2010	929	81	129	86	195	386	52
2011 * * *	1190	93	138	107	241	537	74

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

** A partir de 03/2002 (nova metodologia)

*** Até 10/2011

Observando a Tabela 3 e a Tabela 4, podemos perceber que há uma desigualdade estrutural do desemprego entre os sexos. No geral, podemos observar que o total de mulheres desocupadas apresenta redução progressiva nos últimos 10 anos. Apesar da redução da taxa de desocupação das mulheres, elas apresentam uma quantidade maior em relação aos homens em número de desocupados.

No ano de 2003, a quantidade de mulheres desempregadas era de 1426, enquanto a quantidade de homens 1182 uma diferença de 244 mil.

Segundo o IBGE, o crescimento mais acentuado da taxa de desocupação das mulheres se traduziu em uma maior representatividade feminina na composição da desocupação. Em 2002, elas correspondiam a 52,3% dos desocupados passando a 54,9% em 2003.

. Salvador teve a maior diferença de taxas de desocupação entre homens e mulheres, 4,9 pontos percentuais em 2009; enquanto Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, as três menores taxas, correspondendo a 2,7, a 3,3, e 2,0, pontos percentuais, respectivamente

A desagregação da população desocupada por sexo revelou uma redução da população desocupada tanto masculina quanto feminina para todas as regiões com exceção de Recife que apresentou em 2005 crescimento para homens (4,8%) e mulheres (8,2%) quando comparado com a média das taxas mensais de 2004. Como a redução foi mais intensa entre os homens verificou-se um aumento da participação feminina entre os desocupados em quase todas as regiões metropolitanas também entre 2003 e 2004 como pode ser verificado na Tabela 2

Entre 2007 e 2008, a redução do contingente mensal médio de desocupados ocorreu na população masculina: de 43,4% para 41,9%. Entre as mulheres, o movimento de crescimento, 56,7% para 58,1%. Em Porto Alegre houve o maior crescimento da desocupação feminina, 2,4 pontos percentuais.

Na comparação regional, observou-se que o percentual de mulheres no total de desocupados cresceu no período 2009-2010 em todas as regiões investigadas, conforme pode ser visto na tabela 83. Este número, em São Paulo, ficou praticamente estável. A desocupação para homens e mulheres caiu em torno de 23,0% para ambos. Já em Porto Alegre, caíram 27,0% para os homens e 9,0% para as mulheres, implicando no aumento de 3,4 pontos percentuais na participação feminina.

Tabela 4: Variação das pessoas desocupadas, segundo o sexo (em %)

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homem							
2004-2003	-8,7	-8,6	-7,7	-1,4	-7,1	-10,6	-10,9
2005-2004	-14,0	4,7	-0,2	-18,8	-15,9	-18,4	-14,6
2006-2005	6,6	12,3	-10,9	0,8	10,8	8,7	13,3
2007-2006	-8,0	-18,4	4,4	-14,0	-10,3	-5,8	-11,5
2008-2007	-16,6	-24,3	-18,7	-12,5	-7,0	-18,2	-21,3
2009-2008	7,3	4,5	3,1	3,7	-9,1	16,8	4,2
2010-2009	-18,7	-11,5	-5,1	-17,9	-13,6	-23,6	-27,0
2010-2003	-44,0	-38,6	-31,8	-48,3	-43,3	-45,5	-54,3
Mulher							
2004-2003	-2,3	-8,6	5,1	4,9	5,6	-6,9	-5,3
2005-2004	-13,1	8,1	1,1	-14,8	-14,5	-18,9	-12,1
2006-2005	1,1	16,2	-10,9	3,2	-1,5	1,4	7,8
2007-2006	-2,8	-20,3	7,0	-2,8	-7,7	1,4	-5,7
2008-2007	-11,4	-23,8	-17,0	-11,9	-0,7	-11,9	-12,7
2009-2008	0,4	14,4	0,6	-2,9	-10,8	6,0	-13,7
2010-2009	-12,1	-2,8	4,2	-7,5	-2,0	-22,9	-9,2
2010-2003	-34,8	-22,5	-11,8	-29,0	-28,7	-44,1	-42,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

Observando a Tabela 4, podemos perceber que o contingente de desocupados entre homens é mais intenso entre as mulheres em todas as comparações. Isso contrasta com a tabela 3, onde a quantidade de mulheres desocupadas é maior do que a quantidade de homens.

Entre 2009 e 2010, a queda do contingente médio mensal de desocupados foi mais intensa para os homens, 18,7%, que para as mulheres 12,1%. Este movimento, entre outros fatores, implicou na ampliação da participação delas na população desocupada, passando de 56,5% em 2009, para 58,4%, em 2010.

Podemos destacar que para todas as regiões metropolitanas houve queda na taxa de desocupação das mulheres, sendo as maiores reduções para São Paulo (44,1%) e Porto Alegre (42,1%) e também para os homens, com São Paulo (45,5%) e Porto Alegre (54%) todos na comparação 2010/2003.

Tabela 5:Distribuição das pessoas desocupadas ,segundo o sexo (em %)

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homem							
2003	45,4	48,5	45,0	47,8	42,8	45,4	45,8
2004	43,7	48,3	41,9	46,2	39,6	44,4	44,2
2005	43,5	47,5	41,6	45,1	39,3	44,7	43,6
2006	44,8	46,7	41,6	44,5	42,0	46,3	44,9
2007	43,3	47,3	40,9	41,4	41,3	44,4	43,3
2008	41,9	47,1	40,6	41,3	39,8	42,5	40,9
2009	43,5	44,8	41,1	42,9	40,2	45,0	45,4
2010	41,6	42,5	38,7	39,9	37,4	44,8	40,0
Mulher							
2003	54,6	51,5	55,0	52,2	57,2	54,6	54,2
2004	56,3	51,7	58,1	53,8	60,4	55,6	55,8
2005	56,5	52,5	58,4	54,9	60,7	55,3	56,4
2006	55,2	53,3	58,4	55,6	58,0	53,7	55,2
2007	56,7	52,7	59,1	58,6	58,7	55,6	56,7
2008	58,1	52,9	59,4	58,7	60,2	57,5	59,1
2009	56,5	55,2	58,9	57,1	59,8	55,0	54,6
2010	58,4	57,5	61,3	60,1	62,7	55,2	60,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Podemos concluir que ainda há desigualdades entre homens e mulheres; Enquanto a quantidade de mulheres é maior entre os desocupados, a proporção ou o contingente mensal de homens é maior do que as mulheres. Há mais mulheres entre os desempregados, porém há mais homens procurando emprego na semana de referência.

IV.3 – PESSOAS DESOCUPADAS POR IDADE

Tabela 6: Pessoas desocupadas por regiões metropolitanas, segundo a idade (em 1000 pessoas)*

10 a 14 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	23	1	2	3	4	11	1
2004	19	1	1	3	2	11	1
2005	10	1	1	2	1	6	0
2006	12	1	1	2	1	7	1
2007	12	0	2	2	1	6	1
2008	11	0	1	2	1	7	0
2009	9	0	1	1	1	5	0
2010	9	0	1	2	1	4	0
15 a 17 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	235	13	18	25	27	136	17
2004	213	9	17	24	25	122	16
2005	174	9	15	20	19	98	13
2006	176	12	12	20	21	98	13
2007	159	6	17	19	14	91	11
2008	138	4	11	16	13	85	10
2009	123	4	11	13	12	74	8
2010	110	4	13	15	12	58	6
18 a 24 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	953	77	101	89	174	453	60
2004	924	71	101	94	174	425	59
2005	825	74	110	75	155	360	50
2006	845	83	94	82	162	372	52
2007	792	69	93	71	140	370	48
2008	654	53	76	60	129	296	40
2009	660	58	71	59	113	323	36
2010	556	53	73	52	100	248	29
25 a 49 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	1225	101	131	102	236	577	77
2004	1154	94	130	102	239	520	68
2005	993	103	124	90	199	415	61
2006	1038	118	117	87	203	442	71
2007	1007	96	124	83	196	442	66
2008	888	76	107	75	193	382	55
2009	944	82	114	80	172	442	54
2010	800	75	111	65	165	338	45
50 anos ou mais							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	173	11	15	14	36	85	12
2004	164	10	15	14	37	77	10
2005	137	10	16	10	31	61	9
2006	142	12	14	11	32	64	11
2007	130	10	16	10	31	54	9
2008	121	5	12	11	33	52	8
2009	137	8	12	10	35	66	7
2010	118	8	13	9	31	49	7

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de

* Médias das estimativas mensais

** A partir de 03/2002 (nova metodologia)

Tabela 7 : Variação das pessoas desocupadas por regiões metropolitanas, segundo a idade (em %)

10 a 14 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	-16,9	-47,2	-31,4	-18,2	-32,6	-5	-25,7
2005-2004	-47,2	9,4	-36,4	-40	-61,1	-48,3	-66,3
2006-2005	21,3	14,7	23,2	6,2	-32,8	33,1	58,5
2007-2006	-0,5	-51,6	63,5	5,9	90,6	-16,9	22
2008-2007	-6,1	-78,3	-35,4	-13,6	-2,9	10,8	-30,7
2009-2008	-23,5	74,2	12,9	-29,1	-16,3	-31	-22
2010-2009	1,4	113,7	5,6	40,3	4,6	-9,7	-38,9
2010-2003	-61,4	-74,1	-32,3	-52,6	-71,5	-62,5	-84
15 a 17 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	-9,5	-27,5	-1,5	-3	-8,9	-11	-3,8
2005-2004	-18,1	-5,4	-10,9	-14,6	-21,7	-19,7	-20,9
2006-2005	1,1	40,5	-23,9	-3,5	9,8	0,5	3,1
2007-2006	-9,6	-48,4	48,7	-5,3	-33,5	-6,7	-14,5
2008-2007	-12,9	-39,4	-35,8	-15,1	-5,6	-7,4	-13,2
2009-2008	-11,5	10,6	2,5	-19,7	-9,7	-12,3	-18,6
2010-2009	-10,6	6,7	9,9	19,9	3,4	-21,5	-17,4
2010-2003	-53,4	-64,5	-28,2	-38,1	-54,1	-57,3	-60,8
18 a 24 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	-3,1	-7,8	0,2	5,7	0,3	-6,2	-1,9
2005-2004	-10,7	4,8	8,6	-19,8	-10,9	-15,3	-14,7
2006-2005	2,5	11,5	-14,7	9,4	4,7	3,5	2,5
2007-2006	-6,3	-17,1	-1,1	-13	-13,5	-0,5	-6,3
2008-2007	-17,5	-23,3	-18,6	-15,8	-8	-20	-17,5
2009-2008	0,9	9,9	-6	-1,3	-12,9	9	-9,1
2010-2009	-15,8	-7,7	2,5	-12,1	-10,9	-23,2	-20,1
2010-2003	-41,7	-30,6	-27,9	-41,1	-42,2	-45,2	-51,8
25 a 49 anos							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	-5,8	-6,9	-0,7	0	1,2	-9,8	-12,1
2005-2004	-13,9	9,2	-4,9	-11,4	-16,6	-20,2	-9,2
2006-2005	4,5	14,3	-5,6	-3,4	1,8	6,4	16,2
2007-2006	-3	-18,3	5,8	-4,4	-3,6	0	-7,7
2008-2007	-11,8	-21	-13,2	-10,4	-1,3	-13,5	-16,4
2009-2008	6,2	7,3	6,3	6,6	-11	15,7	-1,5
2010-2009	-15,2	-8	-2,7	-18,3	-3,9	-23,4	-17
2010-2003	-34,7	-26	-15,4	-36,3	-30	-41,4	-41,5
50 anos ou mais							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	-5,1	-4,3	-1,5	5,3	2,7	-9,7	-13,9
2005-2004	-16,5	2,9	10,6	-32	-17,8	-21	-14,3
2006-2005	3,8	12,5	-15,4	7,7	4	4,3	20,2
2007-2006	-8,6	-14,9	13,4	-1,3	-3,6	-14,7	-16,1
2008-2007	-7,2	-46,8	-25	5	6,1	-3,6	-13,4
2009-2008	13,7	41,8	5,4	-8	6,3	25,4	-11,1
2010-2009	-14,2	5,6	7,9	-6,8	-10,3	-24,9	-3,7
2010-2003	-31,9	-24,9	-10,8	-31,3	-14,3	-42,3	-44,9

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

** A partir de 03/2002 (nova metodologia)

Regionalmente, foram observadas algumas diferenças no comportamento da taxa média. Na população de 15 a 17 anos de idade, a Região Metropolitana de Salvador foi a única a apresentar crescimento na taxa média mensal de desocupação, na comparação de 2007 com 2003.

Para aqueles com 18 a 24 anos, a taxa média mensal de desocupação foi menor em todas as Regiões Metropolitanas no confronto de 2007 com 2003. Em relação a 2006, em São Paulo a taxa média não variou e nas demais regiões houve redução da estimativa.

Segundo informações do IBGE, na população de 25 a 49 anos, a mais representativa, as oscilações foram suaves, exceto em Recife que registrou queda das médias das estimativas mensais de 2007 em relação a 2006. Apenas em Salvador as pessoas desocupadas com 50 anos ou mais de idade não tiveram queda na taxa mensal média de desocupação em relação a 2006.

Na análise frente ao ano de 2003, foi na faixa etária de 15 a 17 anos de idade que aconteceu a maior redução da participação na população desocupada, passando de 9,0% em 2003 para 7,7% em 2008.

Dentre as Regiões metropolitanas, Recife foi aquela onde houve a maior redução da participação na população desocupada nessa faixa etária: de 6,2% em 2003 para 2,7%, em 2008. Por outro lado, a faixa de 25 a 49 anos de idade teve crescimento da participação na população desocupada, de 47,0% para 49,1%, sendo que na Região Metropolitana de Recife onde houve a maior variação nessa faixa, de 50,1% para 55,2%, entre 2003-2008.

Com relação ao nível de instrução das pessoas desocupadas, os resultados de 2008 mostraram aumento da parcela dos mais instruídos na população desocupada.

Em relação a 2003, para o total das seis regiões abrangidas pela pesquisa, todos os grupos etários registraram expressivas quedas no número médio de

desocupados, em especial o grupo de 10 a 14 anos, que neste período reduziu em 61,4% e representa 0,5% do total de desocupados.

O grupo de pessoas com idades entre 15 e 17 anos vem apontando, desde 2006, redução em sua participação entre os desocupados, passando de 9,0%, em 2003, para 6,9%, em 2010.

A participação das pessoas com 50 anos ou mais de idade, por sua vez, mostrou queda (14,2%), passando a representar, em 2010, 7,4% dos desocupados. Dentre as pessoas dessa faixa de idade, foi no Rio de Janeiro que esta população mostrou mais peso (10,0%), assim como observado entre os ocupados

IV.5 – PESSOAS DESOCUPADAS SEGUNDO ANOS DE ESTUDO

Tabela 8: Pessoas desocupadas por regiões metropolitanas, segundo os grupos de anos de estudo (1000 pessoas)*
Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo

Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	867	76	97	85	147	400	61
2004	740	65	88	80	134	325	49
2005	593	68	84	60	114	230	39
2006	585	73	66	56	109	235	45
2007	508	52	63	49	93	212	39
2008	408	32	49	42	80	173	31
2009	380	32	44	36	66	173	29
2010	304	28	47	31	66	111	22

Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	702	46	67	64	125	357	43
2004	665	43	68	66	123	321	44
2005	557	43	66	58	106	247	37
2006	570	50	60	58	102	261	40
2007	527	37	60	50	89	253	36
2008	446	28	48	44	81	214	30
2009	434	31	46	43	68	218	29
2010	379	30	46	39	65	176	23

Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	1039	80	103	83	204	505	63
2004	1067	78	109	90	221	509	60
2005	988	87	117	80	186	462	57
2006	1058	102	112	88	208	487	62
2007	1065	93	128	86	200	498	59
2008	959	78	110	77	209	434	51
2009	1057	89	121	84	198	518	48
2010	908	84	119	74	179	411	42

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

** A partir de 03/2002 (nova metodologia)

Tabela 9: Variação das pessoas desocupadas por regiões metropolitanas, segundo os grupos de anos de estudo (em Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo)

Ano	Total	Recife	Salvador	Belo	Rio de	São Paulo	Porto Alegre
				Horizonte	Janeiro		
2004-2003	-14,6	-14,9	-9,3	-5,7	-9,2	-18,9	-19,1
2005-2004	-19,8	4,5	-4,7	-25,9	-14,8	-29,3	-20,4
2006-2005	-1,5	8,5	-21,6	-6,2	-4	2,4	16,5
2007-2006	-13,1	-29,6	-3,4	-12,6	-15,3	-9,7	-13,8
2008-2007	-19,7	-37,9	-22,9	-13,7	-13,6	-18,4	-19,9
2009-2008	-6,7	-1,1	-9,4	-13,8	-17,7	0,1	-8,5
2010-2009	-20	-11,3	5,4	-15,4	-0,4	-35,9	-23,6
2010-2003	-64,9	-63,1	-51,9	-64	-55,4	-72,2	-63,8
Com 8 a 10 anos de estudo							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo	Rio de	São Paulo	Porto Alegre
				Horizonte	Janeiro		
2004-2003	-5,3	-7,3	1,7	3,7	-1,6	-10,3	2,6
2005-2004	-16,2	0,4	-2,7	-12,3	-13,9	-22,9	-16,5
2006-2005	2,3	15,1	-9,9	-0,4	-3,7	5,6	8,4
2007-2006	-7,5	-24,4	0,9	-12,4	-12,4	-2,9	-9,3
2008-2007	-15,5	-26,6	-19,8	-12,9	-9,5	-15,4	-16,3
2009-2008	-2,5	13,2	-5,9	-2,6	-15,7	1,7	-5,8
2010-2009	-12,8	-4,9	0,7	-9,4	-4,3	-19,2	-18,7
2010-2003	-46	-36	-31,6	-39	-47,8	-50,7	-46,1
Com 11 ou mais anos de estudo							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo	Rio de	São Paulo	Porto Alegre
				Horizonte	Janeiro		
2004-2003	2,7	-3,2	6	8,3	8	0,8	-4,2
2005-2004	-7,4	11,5	6,8	-11,5	-16	-9,3	-5
2006-2005	7,1	18,4	-3,8	10,1	11,9	5,3	7,1
2007-2006	0,6	-9,7	14,1	-1,6	-3,6	2,4	-3,5
2008-2007	-9,9	-15,3	-14,1	-10,8	4,2	-12,8	-14,2
2009-2008	10,2	13	9,8	8,7	-5	19,2	-5,4
2010-2009	-14,1	-5,8	-1,5	-11,8	-9,6	-20,7	-12,7
2010-2003	-12,6	4,1	15,3	-11,2	-12,3	-18,7	-33,3

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

** A partir de 03/2002 (nova metodologia)

Com relação ao nível de instrução dos desocupados, os resultados de 2010 mostraram redução em todos eles para o conjunto das seis regiões, conforme mostra a tabela 9.

Segundo o IBGE, o contingente de desocupados sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo reduziu 20,0% (ou 76 mil pessoas) entre 2009 e 2010. Neste mesmo período, o total médio de pessoas desocupadas com 8 a 10 anos de estudo reduziu em 12,8% (equivalente a 55 mil pessoas) e o número médio de desocupados com 11 anos ou mais de estudo caiu em 14,1% ou, em termos absolutos, 149 mil pessoas. Este comportamento foi similar em todas as regiões

metropolitanas, exceto em Recife, que registrou alta para os sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo, (5,4%) e para os com 8 a 10 anos de estudo, (0,7%)

Entre os desocupados, a população mais escolarizada (com 11 anos ou mais de estudo) era a mais representativa: 57,0% em 2010, e este percentual vem mostrando crescimento desde 2003, quando a participação correspondia a 39,8%. Este dado reflete a também crescente aquisição de escolaridade da população em idade ativa.

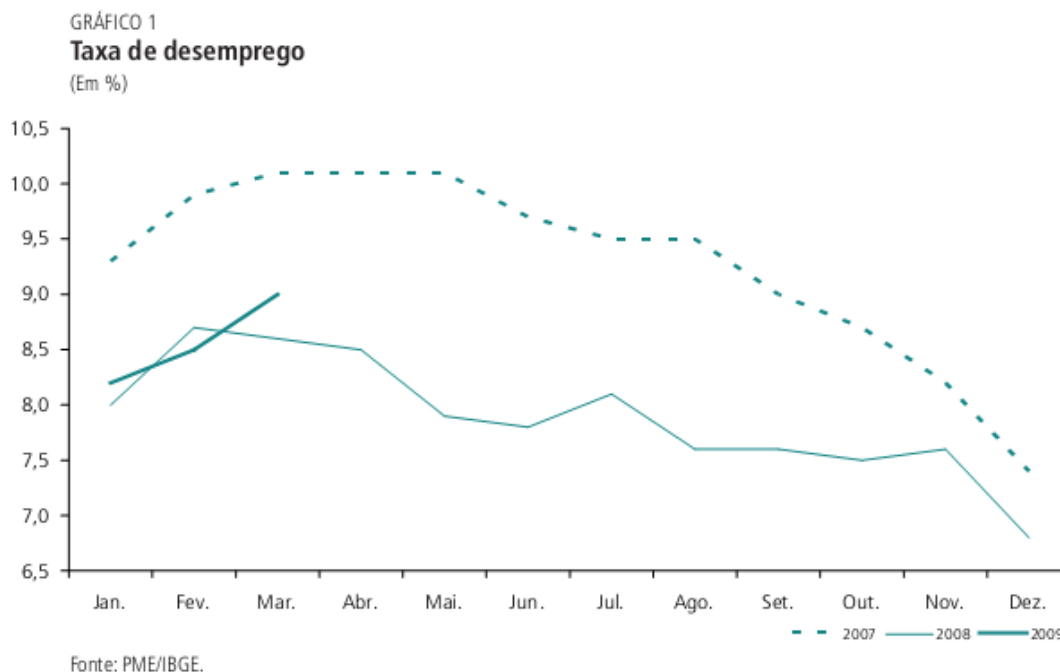
A maior redução da taxa de desocupação pode ser creditada ao contingente dos sem instrução com menos de 8 anos de estudo. Em São Paulo a redução foi 72,2%, Recife 63,1%, Salvador 51,9%, Belo Horizonte 64%, Rio de Janeiro 55,4% e Porto Alegre de 63,8.

Isso pode ser explicado por dois fatores: As empresas passaram a exigir mais instrução dos funcionários (Ensino Médio, 8 a 10 anos) ou alguns tipos de ocupação foram extintos ou deixaram de existir. A tendência é que o número de desocupados sem instrução reduza cada vez mais.

Já para os com 11 ou mais anos de estudos, devido a maior competição e abertura de novos cursos de ensino superior, a variação na taxa de desocupação nos últimos 10 anos foi positiva para algumas regiões metropolitanas e negativa para outras.

Cabe destacar que Belo Horizonte teve uma variação negativa de 11,2%, Rio de Janeiro 12,3%, São Paulo 18,7% e Porto Alegre 33,3%. Já para Recife, a variação foi positiva em 4,1% e em Salvador mais expressiva, 15,3%.

V – ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO



O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de desemprego com base nos dados da PME. Cabe destacar a diferença na evolução desse indicador no primeiro trimestre de 2009 em relação ao mesmo trimestre nos anos anteriores.

Segundo o boletim de análise do mercado de trabalho do IPEA, apesar de esse indicador sempre crescer no primeiro trimestre dos três últimos anos, a trajetória em 2007 e 2008 mostra uma desaceleração a partir do mês de fevereiro, algo que não ocorre em 2009.

Neste ano, o crescimento da taxa de desemprego continua em ritmo acelerado em março. Ainda de acordo com o gráfico1, podemos inferir que o valor médio entre aqueles registrados para os três primeiros meses de 2009 é muito próximo da sua contrapartida para 2008.1 Essa comparação anual da taxa de desemprego apresenta, no entanto, um padrão diferenciado entre as regiões metropolitanas (RMs), estando o resultado negativo concentrado em São Paulo.

Enquanto nesta região há um crescimento de 1 p.p. nesse indicador entre os três meses iniciais de 2009 e 2008, nas demais RMs essa comparação anual apresenta queda, com destaque para Recife (1 p.p. negativo).

As taxas de desemprego aberto apuradas pela PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) corroboram todos os fatos que registramos na PME para o primeiro trimestre de 2009. Observa-se que: a) há uma trajetória de aceleração na taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2009 que se intensifica no mês de março; b) a taxa de desemprego aberta teve crescimento nulo na comparação entre os primeiros trimestres de 2008 e 2009; e c) São Paulo foi à única região com crescimento positivo (0,6 p.p.) frente aos resultados negativos das demais regiões

VI – O QUE ESPERAR PARA O FUTURO?

Arcabouço teórico de Naercio Menezes-Filho e Luiz Guilherme Scorzafave

Segundo Naercio Menezes-Filho e Luiz Guilherme Scorzafave, com projeções de oferta e demanda, pode-se construir alguns cenários para a taxa de desemprego, dependendo da elasticidade PIB-emprego considerada e da taxa de crescimento do PIB até 2015.

Os gráficos abaixo apresentam estes resultados. Podemos verificar que, utilizando os dados para o período como um todo, se a economia crescer 2% ao ano, e os salários não se alterassem para ajustar a evolução da demanda à evolução da oferta de trabalho, o desemprego diminuiria paulatinamente até ser zerado em 2014.

Gráfico 2

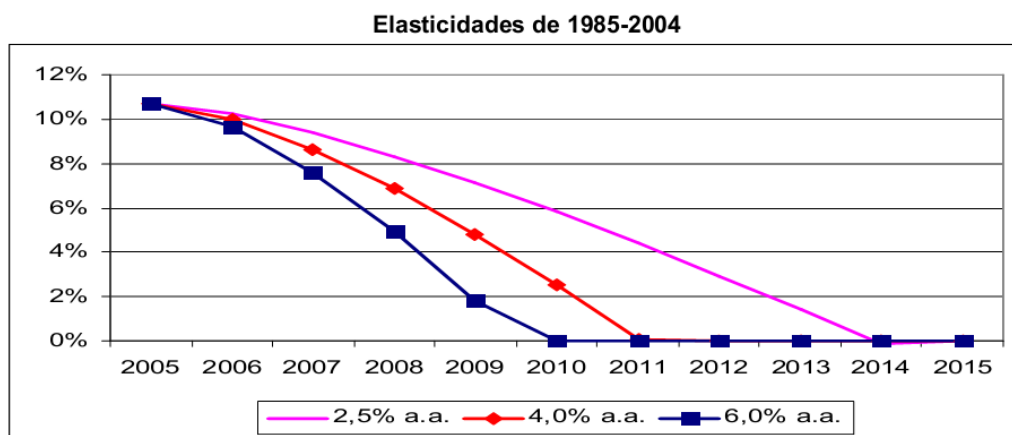


Gráfico 3

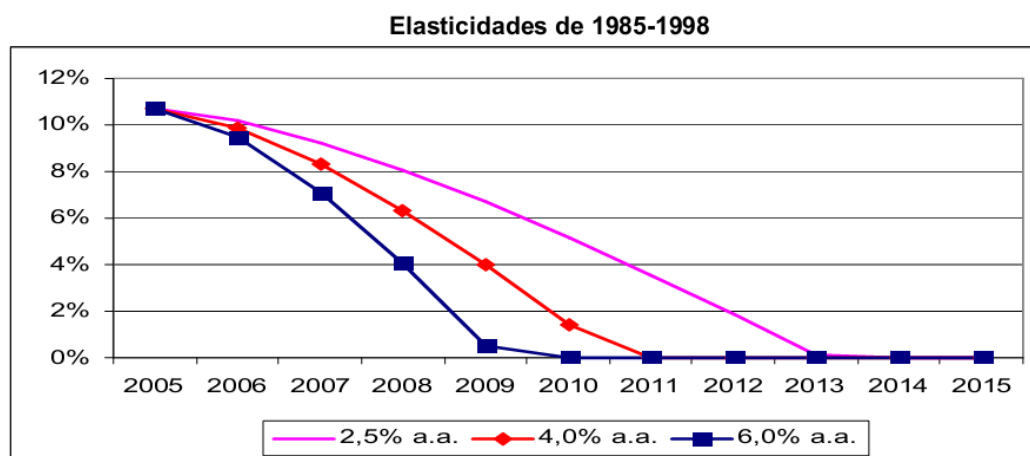
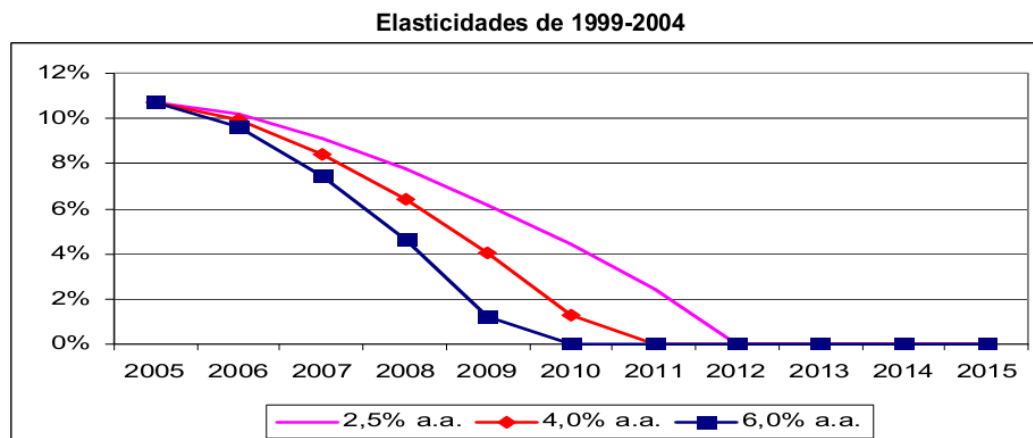


Gráfico 4



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad/IBGE

No caso de a economia crescer 4% ao ano, a taxa de desemprego seria zerada em 2011 e se a economia crescer 6% ao ano, ela seria zerada em 2010. Utilizando os parâmetros estimados no último subperíodo, por exemplo, podemos notar que a taxa de desemprego seria zerada em 2012 (cenário mais desfavorável), 2011 (economia crescendo 4% a.a.) ou 2010 (6% a.a.).

Desta forma, como a oferta de trabalho tende a declinar significativamente nos próximos anos, o desemprego também deverá declinar substantivamente.

Por se tratar de previsões e dada a imprevisibilidade da economia, esse tipo de raciocínio, defendido por alguns economistas deve ser usado com cautela. Mas *ceteris paribus*, há uma tendência de a taxa de desocupação continuar a cair rumo ao pleno emprego em virtude do aumento da participação de nações emergentes no “bolo econômico” e de aumento e investimentos em eventos de magnitude global para a década que se inicia.

Há também a evidencia empírica de que alguns empregos deixem de existir e de alguns que procuram emprego a bastente tempo tendem a parar de procurar emprego. Podemos destacar o envelhecimento da população e da estabilização da taxa de

natalidade , isto é, mais pessoas estão envelhecendo e menos pessoas nascendo. Os gastos com previdência aumentaram e a idade para aposentadoria tenderá aumentar.

Poderemos observar para os próximos anos dois cenários: Pessoas que se desistiram de procurar emprego voltaram a procurar emprego, motivados pelo aumento da oferta de trabalho e de pessoas que haviam se aposentado voltem a trabalhar.

VIII - CONCLUSÃO

O presente estudo se propôs a analisar evolução do desemprego por característica; Propõe estudar o seu comportamento nos últimos 10 anos e busca entender se as diferenças regionais na estrutura econômica e no mercado de trabalho aumentaram ou diminuíram nesses 10 anos.

Percebemos que a taxa de desocupação tem mostrado uma clara tendência de queda desde o início de sua medição (Nova Metodologia) em 2002. períodos de instabilidade econômica global que afetou o Brasil a taxa de desocupação teve alta. Porém no geral, ela vem apresentando constantes quedas se aproximando do nível de pleno emprego.

Parte da redução da taxa de desocupação pode ser explicada pela redução das oportunidades de emprego no mercado de trabalho frente a uma elevação do tempo médio de procura opor trabalho.

Houve também uma redução da assimetria de informação no mercado de trabalho e uma redução da taxa de desocupação entre os sem qualificação com menos 8 anos de estudo para as RMs. Essas pessoas podem ter se qualificado mais ou deixado de procurar emprego seja porque não são mais empregáveis ou por que a sua ocupação deixou de existir nos últimos 10 anos.

Podemos concluir que ainda há desigualdades entre homens e mulheres; Enquanto a quantidade de mulheres é maior entre os desocupados, a proporção ou o contingente mensal de homens é maior do que as mulheres. Há mais mulheres entre os desempregados, porém há mais homens procurando emprego na semana de referência.

A variação positiva nas RMs de Recife e Salvador da taxa de desocupação de pessoas com mais de 11 anos de estudo pode ser explicada pela falta de oportunidades uma vez que, trabalhadores tendem a se situar em regiões que ofereçam benefícios reais altos e baixas taxas de desocupação (Centro Sul) dado que determinada região possua taxas de desemprego baixas, investimento alto e boa infraestrutura, há maiores chances de o trabalhador ser empregado.

Podemos esperar para os próximos anos que, tudo mais constante, a taxa de desemprego continuará sua trajetória de queda se dirigindo ao pleno emprego de fatores na economia.

Porém, para o Brasil crescer, deve-se investir em qualificação, infraestrutura, redução das desigualdades entre gênero, educação, e nas instituições, para que o Brasil possa continuar a apresentar taxas de desemprego baixas e estáveis.

Em suma, o presente trabalho cumpre de certa forma seu objetivo que foi apresentar, entender e analisar evolução do desemprego por característica nos anos de 2003 a 2010 no Brasil.

IX - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

URANI, André - AJUSTE MACROECONOMICO E FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 1981 – 95 (Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil)

CAMARGO J.M, REIS M.C- O CUSTO DA DESINFORMAÇÃO: Revista Brasileira de Economia, out/dez 2007;

GONZAGA, CORSEUIL, ISSLE - DESEMPREGO REGIONAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM EMPÍRICA. -IPEA 1997.

Marston, S. T. Two views of the geographic distribution of unemployment. Quarterly Journal of Economics, p. 57-79, Feb. 1985.

THEODORO, Marcio – As Características do Mercado de Trabalho e as características do Mercado de Trabalho e as Origens do Informal no Brasil.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

FURTADO, Celso, O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FIPE, MTE - A EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ESTRUTURAL NO BRASIL: Uma Análise entre Regiões e Características dos Trabalhadores

Referência Eletrônica

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/BMT39_completo.pdf

<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/192/126>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva_pme.pdf

<http://www.eclac.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/previsaodaofertaedemandapotrabalhonoBrasilNaercio.pdf>

<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/bcmt.html>

Referência de Tabelas e Gráficos

Tabela 1 - Brasil: Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas; 1991 - 2002.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desocupação de Março de 2002 a outubro de 2011 no total das regiões metropolitanas.

Tabela 1a - Número de pessoas desocupadas, segundo as regiões metropolitanas (em 1000 pessoas)

Tabela 2 - Variação do número de pessoas desocupadas, segundo as RMs (%)

Tabela 3 - Pessoas desocupadas por RMs, segundo o sexo (em 1000 pessoas)

Tabela 4 - Variação das pessoas desocupadas por RMs, segundo o sexo (em %)

Tabela 5 - Distribuição das pessoas desocupadas, segundo o sexo (em %)

Tabela 6 - Pessoas desocupadas por RMs, segundo a idade (em 1000 pessoas)

Tabela 7 - Variação das pessoas desocupadas por RMs, segundo idade (em %)

Tabela 8 - Pessoas desocupadas por RMs, segundo os grupos de anos de estudo (1000 pessoas)

Tabela 9 - Variações das pessoas desocupadas por RMs, segundo os grupos de anos de estudo (em %)

Gráfico 1a - Taxa de desemprego

Gráfico 2 - Elasticidades de 1985-2004

Gráfico 3 - Elasticidades de 1985-1998

Gráfico 4 - Elasticidades de 1999-2004